

Violência estrutural e jovens escolares: reflexões sobre espacialidade e implicações para o ensino de geografia

Violencia estructural y jóvenes escolares: reflexiones sobre espacialidad e implicaciones para la enseñanza de geografía

Structural violence and school-aged youth: reflections on spatiality and implications for geography education

MAGNO EMERSON BARBOSA DA SILVA

Universidade Federal do Mato Grosso, Barra do Garças,
MT, Brasil
magno_geo@hotmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva compreender aspectos da relação entre a jovens escolares e o fenômeno da violência estrutural, enfatizando seus desdobramentos e impactos mútuos nas práticas espaciais destes jovens no contexto escolar. Tem-se como premissa fundamental a demonstração de como espacialidades se constituem desta relação. E, sobretudo, como um saber relevante para se pensar temas urgentes e práticas de ensino na Geografia Escolar. A metodologia utilizada foi a de análise documental, na qual foram analisados os registros de casos de violência, entre os períodos de 2017 e 2018 em diversas unidades escolares de Goiânia (GO), sistematizados pela Secretaria Municipal de Educação e da Observação Participante. A partir dos registros foram estabelecidas análises qualitativas, sendo elegidas categorias analíticas pautadas em levantamentos teóricos por meio da pesquisa bibliográfica. A busca pela compreensão do fenômeno da violência estrutural frente aos jovens escolares revela os dispositivos mediadores da espacialidade escolar consequentemente das práticas espaciais, atuando como fator fundamental na ampliação de desigualdades, produzindo, todavia, múltiplas territorialidades.

Palavras-Chave: Violência estrutural; Jovens escolares; Conhecimento geográfico da violência.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo comprender aspectos de la relación entre los jóvenes escolares y el fenómeno de la violencia estructural, enfatizando sus desarrollos e impactos mutuos en las prácticas espaciales

de estos jóvenes en el contexto escolar. Se parte como premisa fundamental la demostración de cómo se constituyen las espacialidades a partir de esta relación. Y, sobre todo, como un conocimiento relevante para pensar temas urgentes y prácticas de enseñanza en la Geografía Escolar. La metodología utilizada fue el análisis documental, en el que se examinaron los registros de casos de violencia entre 2017 y 2018 en varias escuelas de Goiânia (GO), sistematizados por la Secretaría Municipal de Educación. A partir de los registros se realizaron análisis cualitativos, eligiendo categorías analíticas basadas en investigaciones teóricas a través de la bibliografía. La búsqueda de comprensión del fenómeno de la violencia estructural frente a los jóvenes escolares revela los dispositivos mediadores de la espacialidad escolar y, por consiguiente, de las prácticas espaciales, actuando como un factor fundamental en la ampliación de desigualdades y produciendo múltiples territorialidades.

Palabras Clave: Violencia estructural; Jóvenes escolares; Conocimiento geográfico de la violencia.

Abstract

This article aims to understand aspects of the relationship between school-aged youth and the phenomenon of structural violence, emphasizing its developments and mutual impacts on the spatial practices of these young people within the school context. It is premised on demonstrating how spatialities are constituted from this relationship, and importantly, how this knowledge is relevant for addressing urgent issues and teaching practices in School Geography. The methodology used was documentary analysis, examining records of violence cases between 2017 and 2018 in various schools in Goiânia (GO), systematized by the Municipal Department of Education. From these records, qualitative analyses were conducted, selecting analytical categories based on theoretical surveys through bibliographic research. The pursuit of understanding the phenomenon of structural violence among school-aged youth reveals the mediating devices of school spatiality and consequently spatial practices, acting as a fundamental factor in widening inequalities and producing multiple territorialities.

Keywords: Structural violence; School-aged youth; Geographic knowledge of violence.

Introdução

O que é ser jovem em uma conjuntura marcada pela violência? Para tal questionamento cabe, portanto, dialogar sobre os pressupostos teóricos das estruturas espaciais dos jovens, que compõe o cotidiano urbano, ou seja, é preciso considerar os atributos que conformam a espacialidade destes jovens. Para Pierre Bourdieu (2011, p. 163) o espaço social encontra-se inserido simultaneamente nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais. Na qual ambas se apresentam como produto do espaço. Nessa perspectiva o espaço abriga o lugar as mais variadas formas de violências [direta, estrutural e] simbólica em violência desapercibida. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva compreender elementos da relação do jovem escolar e de sua conjuntura marcada pela violência estrutural, enfatizando os desdobramentos para o contexto da escola e dos impactos mútuos produzidos a partir desta relação.

A violência estrutural trata de todos os tipos de violência em que não se pode identificar um perpetrador direto, mas se vislumbra um estado violento constante que se dissemina em diversos fatores cotidianos que impedem, excluem, agredem, oprimem os sujeitos. É inerente às estruturas sociais de uma sociedade ou sistema, pois a exploração e a lógica de reprodução da acumulação sobre a vida social ampliam a desigualdade e as injustiças sociais, constituindo expressões deste tipo de violência

Luna, 2018; Galtung, 1998). Seria a causa da diferença entre o que algo é e o que poderia ser em relação ao nível de desenvolvimento social. Em muitas situações, é equivalente à injustiça social.

Ainda, este tipo de violência está relacionado, também, à intensa capacidade de produção de indivíduos excluídos e dispensáveis (dos sem tetos aos desempregados), que, em sua maioria, são colocados na condição de indivíduos “matáveis”, tais como os sujeitos de classe baixa, negros e de baixa escolaridade. Muitos são vitimizados pela criminalidade e também pela brutalidade policial das instituições de segurança pública brasileiras, uma das mais violentas do mundo (Soares, 2019). Por isso, esse tipo de violência se relaciona com as expressões de violência direta manifestadas, por exemplo, em homicídios, torturas, perseguições, agressões físicas e psicológicas, por parte de dispositivos de controle e segurança do Estado, que reestruturam o seu papel a favor da lógica capitalista que elimina os improdutivos ou os que ameaçam sua ordem.

Desta forma, a violência estrutural é materializada em ordem econômica, política e social, uma vez que a lógica de acumulação intrínseca a esta categoria obriga a população, em sua maior parte, a se adaptar à escassez de bens e serviços, bem como aos processos geradores de pobreza e fome, à marginalização, à falta de habitação e à segregação socioespacial. Acrescentam-se os desastres ambientais e a vulnerabilidade da população pobre às pandemias e verifica-se de que forma esse tipo de violência amplia as distâncias sociais e simbólicas entre as diferentes classes sociais e sujeitos, favorecendo a manifestação de formas de violência direta, fraturando a coesão e solidariedade social (Luna, 2018).

E como esta espiral da violência implica nos jovens escolares? Os jovens são as maiores vítimas da violência estrutural no Brasil. A vulnerabilidade social condicionada à grande parcela da juventude somada as instabilidades territoriais que corroem as possibilidades de reprodução da vida, por exemplo a baixa escolaridade e o processo de precarização da educação (deterioração das condições de trabalho, sucateamento da infraestrutura escolar, fechamentos de escolas, redução do investimento público entre outros) e da inserção funcional do emprego produzem um contexto complexo para juventude no país. Enquanto esforço reflexivo, a juventude deve ser dada seu protagonismo na mudança e na resistência aos diversos movimentos de retirada de direitos. A eles estão reservados o futuro. Os estudos da juventude, na perspectiva acadêmica, atuam na possibilidade de amplificar as demandas sociais dos jovens. Turra Neto (2015, p. 133) aborda elementos importantes para o entendimento da condição do jovem na atualidade.

Ao reconhecermos que a juventude, para além de sua dimensão factível, do jovem, é uma ideia, construída por discursos datados historicamente e que foram sendo reproduzidos, ganhando status institucional e se tornando hegemônicos; ao reconhecermos que tais discursos participam da constituição da realidade, pois entram nos processos de elaboração de identidades, de escolhas, de constituição de si, sendo acionados por jovens reais, localizados em contextos específicos, reivindicamos não só o papel, mas também o dever,

de nos engajarmos na constituição desta ideia, como estratégia política de descortinamento do caráter construído das representações sobre juventude. Todavia, para além desta crítica, consideramos que é possível subvertermos estas mesmas representações dominantes, denunciando seu conteúdo classista e reivindicando-as como um direito a ser estendido.

A prática espacial dos jovens nos grandes centros urbanos, passam pelo processo deterioração. Segundo Souza (2012, p. 205), a erosão das condições de exercício da cidadania e a busca de uma maior autonomia, têm a ver com a espiral da violência e a deterioração do clima social no cotidiano. Diante desse contexto, Turra Neto (2012, 2015) aponta que mesmo a experiência dos jovens esteja descolada a experiência da cidade, e dos processos componentes a organização territorial do Estado. São nesses espaços que os jovens tecem suas espacialidades. E suas existências pressionam territorialidades no espaço urbano.

É diante destas tensões que o presente trabalho objetiva compreender aspectos da relação entre a jovens escolares e o fenômeno da violência estrutural, demonstrando os impactos mútuos nas práticas espaciais destes jovens no contexto escolar. Entende-se os pressupostos levantados por esta investigação possibilitam a constituição de um saber estratégico para a mobilização de processos de ensino e aprendizagem da Geografia Escolar. Pois fornecem indicadores e aportes teórico-conceituais para o desenvolvimento de temas emergentes no contexto educacional, em especial da educação geográfica.

O fenômeno da violência está ligado às condições objetivas (estruturais) e simbólicas de reprodução da vida em suas múltiplas dimensões escalares. É possível, a partir da articulação entre os dados obtidos e os indicadores de sentido da violência estrutural, identificar aspectos e fenômenos com elevado potencial de dano ao corpo dos jovens escolares. Da compreensão de que o espaço escolar não se configura como uma espacialidade independente do seu meio, incidindo sobre alunos e demais profissionais. Observa-se que os efeitos da violência estrutural estão implícitos no cotidiano escolar e se situam no que se denomina de “cultura geográfica dos jovens escolares”, ou seja, no conteúdo de vivências constituído pelas práticas espaciais dos alunos desde seus locais de convívio às suas experiências na cidade (Cavalcanti, 2015, p. 27).

As práticas espaciais dos jovens escolares estão balizadas de algum modo nos aspectos da macroeconomia e das políticas sociais, bem como nos processos sociais e culturais, e se manifestam nas microterritorialidades implícitas à sua cultura geográfica. Os aspectos socioespaciais no cotidiano de muitos jovens são marcados por profundas desigualdades e pela pobreza e esta impõe desafios à condição do jovem, pois pode acarretar entraves no acesso a bens e serviços que favorecem sua condição social, econômica, e, sobretudo, política (Santos, 2013). São aspectos identificados no tratamento metodológico da pesquisa. Por isso, é importante que o professor se

reconheça dentro das possibilidades e limites da sua prática profissional para que aperfeiçoe o domínio dos conteúdos (conhecimento científico), sua prática pedagógica e o exercício da pesquisa.

Desta forma, foram analisados os registros dos casos de violência entre os períodos de 2017 e 2018 na cidade de Goiânia (GO), totalizando 45 unidades escolares. Os registros foram realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, tendo o recorte nos jovens escolares do Ensino Fundamental II. Foram estabelecidas categorias analíticas para diferenciação, quantificação e sistematização dos casos de violência em consonância aos levantamentos de pesquisa bibliográfica, sendo realizadas análises qualitativas para a identificação de evidências sobre as diferentes formas e expressões de violência. Foram realizadas incursões para o desenvolvimento da metodologia de Observação Participante junto à grupos multidisciplinares de debates e deliberações para casos de violência que envolvem crianças e adolescentes na cidade de Goiânia. No entanto, neste recorte da pesquisa serão privilegiadas as expressões de violência estrutural. É importante demarcar as expressões de violência seja direta, estrutural e simbólica são dialeticamente interdependentes, ou seja, sendo produtos de relações e da totalidade dos complexos arranjos objetivos e subjetivos.

Nesse ponto, os dados indicam condicionantes da violência sistêmica no cotidiano escolar, a exemplo da pobreza e da baixa renda incidentes nas práticas espaciais, que fomentam a precarização da vida cotidiana em razão do limitado acesso a bens e serviços, entre os quais se incluem a condição do educando na instituição escolar. Uma condição de miséria (pobreza extrema), nesse contexto, tem impacto profundo nos danos à dignidade humana, especialmente nos jovens, tal como observado nos dados colhidos nessa pesquisa, a partir dos quais alguns fatores se destacam: a) a questão da fome; b) as precárias condições de moradia, a falta de acesso a serviços básicos (energia, água e comunicação); c) a precarização da saúde física e mental; d) a falta de acesso a itens de higiene pessoal e vestuário; e e) a exploração sexual e do trabalho infantil.

As notificações registradas, por exemplo, não se referiam apenas aos casos de violência ocorridos *in loco* nas escolas, trazendo também casos externos que implicavam agentes vinculados às instituições de ensino. Neste ponto, é profícuo entender essa relação de violência que ocorre dentro ou fora dos limites da escola, pois revela em maior amplitude as espacialidades e os atores envolvidos nos casos de violência. Assim, as categorias de análise serviram como ferramentas teóricas que nortearam o tratamento metodológico dos dados registrados em escolas municipais de Goiânia (GO).

A violência estrutural e sua espacialização no cotidiano do jovem escolar

Compreender as implicações da violência estrutural na espacialidade escolar não é tarefa simples. No contexto nacional, esta modalidade de violência tem raízes profundas nos primórdios de sua formação territorial. Com um passado colonial formado a partir da linguagem da escravidão, de sistemas desiguais, de monopólio de renda e poder para poucos, estabeleceram-se no Brasil processos de concentração de terras, com o enraizamento do patrimonialismo e da corrupção como padrão de controle territorial, corroborando intensivamente para a consolidação de uma exclusão estrutural em que uma maioria desprovida de meios de produção e renda foi posta à margem do desenvolvimento (Schwarcz, 2019).

Tal processo histórico conforma paisagens desiguais em várias dimensões e escalas, desde os interiores rurais aos núcleos urbanos. A partir dessa conjuntura, o Brasil adquire múltiplas faces de diferenciação territoriais, traduzidas em desigualdades regionais, econômicas e de renda; desigualdade de gênero; desigualdade racial; desigualdade de oportunidades de acesso aos equipamentos de saúde, lazer, moradia, transporte e educação. Esse contexto atinge, sobretudo, as classes pobres, a população negra, as mulheres e os jovens (ibid., p. 150/170).

As condições objetivas para a realização desse tipo de violência situam-se nas estruturas de produção e reprodução diferenciadas das classes sociais, em que uma minoria se apropria dos meios de produção e os concentra para si, provocando formas de exploração do humano pelo humano. Nesse contexto, a formação de exércitos de reserva e de dispositivos institucionais e jurídicos se estabelece a partir de instrumentos materiais e simbólicos, procedimentos de subordinação social e formas de coerção e imposição às classes pauperizadas. Essa dinâmica visa garantir os interesses individuais e ampliar os espaços privados de acumulação, materializando a violência estrutural em ordem econômica, política e social legitimada ou naturalizada (Luna, 2018).

No contexto urbano, as condições socioespaciais relacionam-se diretamente no como e onde serão exercidas as práticas espaciais dos sujeitos. Assim, um tipo de violência que “vem de cima” (Wacquant, 2017, p. 29) explicita como a violência estrutural é intensamente manifestada no cotidiano em forma de violência urbana, estruturada em três componentes:

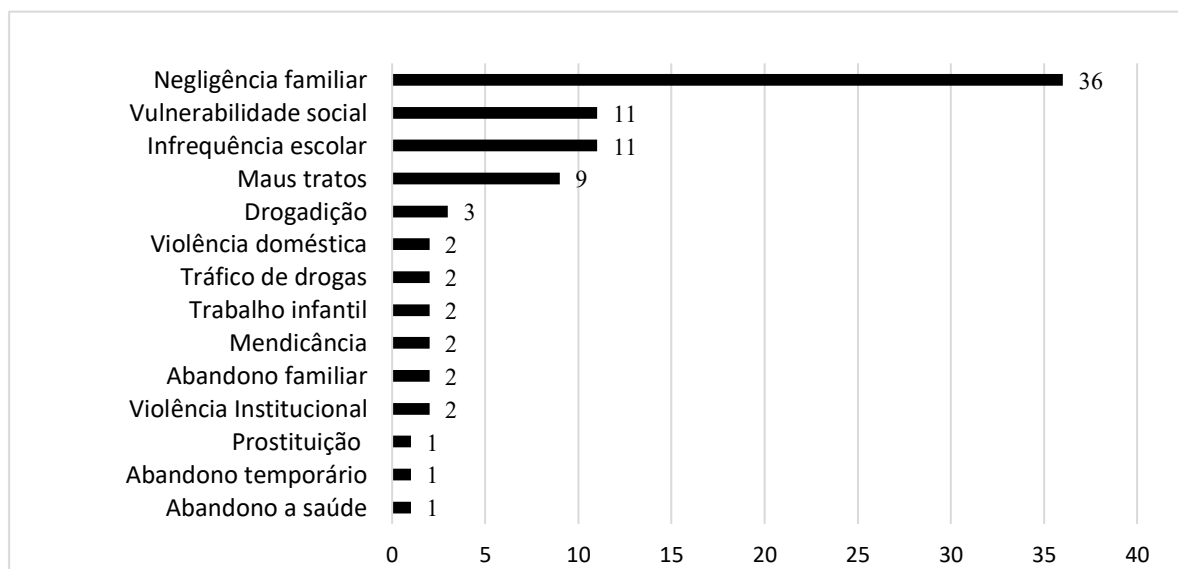
- 1) desemprego em massa, persistente e crônico, representando para segmentos inteiros da classe trabalhadora a desproletarização que trazem seu rastro aguda privação material; 2) exílios em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e privados [...]; 3) crescente estigmatização na vida cotidiana e no discurso público [...].

O contexto de exclusão estrutural se evidencia em diversas expressões na realidade escolar entre seus múltiplos sujeitos. Souza (2007, 2011), ao investigar a

mobilidade de professoras negras na cidade de Goiânia, identificou a reprodução dos padrões de desigualdade a partir dos marcadores de classe, gênero e raça, que constituem, de modo interseccional, elementos centrais na configuração socioespacial pautados nas diferenças estruturais. Para a autora, essas professoras negras compõem grupos subalternizados que têm práticas espaciais diferenciadas e desiguais frente a outros grupos capazes de usufruir do espaço urbano enquanto espaços de poder e consumo.

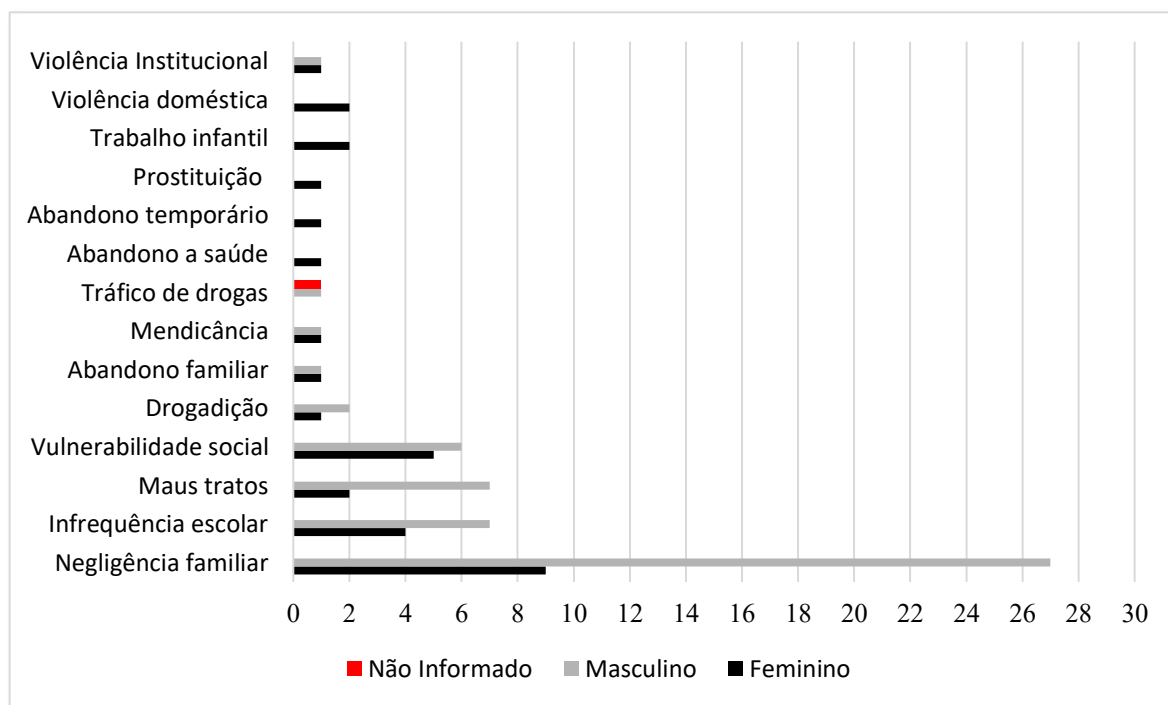
A partir desse exemplo, nota-se como os processos de fragmentação territorial se desdobram nas expressões de violência, que atingem com maior intensidade os pobres, negros, mulheres e jovens, seja pela via da estigmatização do sujeito da periferia urbana, pelo racismo, pela violência de gênero (por meio da objetificação do corpo da mulher), ou por outras formas violentas que constroem processos de ruptura no direito de usufruto dos espaços da cidade em relação aos grupos sociais dominantes. As desigualdades estruturais, portanto, produzem conteúdos de violência cotidiana que atingem de variadas formas os sujeitos na cidade. Tais aspectos são evidenciados na espacialidade escolar a partir da corporeidade dos jovens escolares e de dinâmicas a qual muitos estão sujeitos (ver gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Expressões de violência estrutural quantificadas identificadas nas Escolas Municipais de Goiânia (2017-2018)



Fonte: Goiânia [s./d.]. Organizado pelo autor [s./d.].

Gráfico 2 - Expressões de violência estrutural quantificadas (por gênero) identificadas nas Escolas Municipais de Goiânia (2017-2018)



Fonte: Goiânia [s./d.]. Organizado pelo autor [s./d.].

O que esses gráficos demonstram é um esforço de sistematização das expressões de violência, dentro de determinado recorte espacial, diante da condição social dos jovens escolares, a exemplo da *vulnerabilidade social*, *mendicância*, *tráfico de drogas*, *prostituição* e *trabalho Infantil*. A adesão de crianças e adolescentes ao tráfico de drogas e demais práticas ilícitas para a obtenção de renda, por exemplo, não deve causar espanto, pois é reflexo da exclusão dos jovens pobres de pouca instrução e acesso, que sofrem no mercado de trabalho formal (Minayo, 2001).

Essa prática é a dinâmica criminal de maior expansão nas metrópoles brasileiras, comumente articulada à rede do crime organizado. As drogas financiam as armas que, por sua vez, produzem uma economia ilegal que fomenta diversas redes e modalidades de práticas criminosas. Tais aspectos ganham terreno fértil a partir da exclusão estrutural de jovens ao mercado de trabalho, dada sua maior vulnerabilidade social, e a adesão deles a esse universo gera o aumento do encarceramento de jovens nos núcleos urbanos (Soares, 2019).

Essa realidade desnuda elementos contraditórios da ordem socioespacial pautados em dispositivos políticos, sociais e econômicos que fomentam as expressões da violência estrutural. A esse respeito, concorda-se com o entendimento de Minayo (2001, p. 92) de que a violência estrutural é

[...] aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento. Por ter um

caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece "naturalizada" como se não houvesse nela a ação de sujeitos políticos. Portanto, é necessário desvendá-la e suas formas de reprodução através de instrumentos institucionais, relacionais e culturais.

Os processos educacionais e os processos sociais de reprodução estão intimamente ligados, visto que as formas de dominação estrutural e de subordinações hierárquicas são violentamente impostas sobre as instituições escolares e servem como mecanismo de a) fornecimento de conhecimentos e pessoal para a máquina produtiva capitalista; e para b) legitimar os interesses dominantes sobre os sujeitos escolares (Mészáros, 2008). Para além da perspectiva teórica do autor, acrescenta-se a questão da *violência institucional* escolar.

Quando os agentes profissionais da escola reproduzem formas de violência contra seus educandos (seja por maus tratos, assédios, coerção, humilhação e omissão), isso implica diretamente na erosão das funções vitais do espaço escolar e compromete seu objetivo de transformação social qualitativa. De modo estrutural, tais mecanismos podem produzir contradições que são comumente relacionadas à "ordem natural" ou de responsabilização individual e encobrem as ações combinadas que têm função metabólica capitalista de acumulação, causando disparidades sociais e desumanização nas relações de trabalho, cujo desenvolvimento se dá em ritmo acelerado e aparentemente incontrolável (Harvey, 2020).

Ainda para Mészáros (2011), o sistema sociometabólico do capital corresponde a uma estrutura totalizante e de controle sobre importantes elementos que constituem o espaço social, a partir da relação entre capital, trabalho e o Estado. Essa relação depende de diversos fatores de mediação reprodutiva como a família, a desumanização das forças produtivas, o dinheiro, o fetichismo de produção como satisfação humana, o trabalho alienado e o mercado global. Entre estes fatores, destaca-se a importância (nessa pesquisa) da família nuclear enquanto agente de reprodução de seres humanos e mediadora de todas as relações produtivas do macrocosmo social (Ribeiro, 2017), atuando, sobretudo como reprodutora das leis do Estado.

Violência estrutural e o microcosmo familiar

A estrutura social da família e do Estado, embora eventualmente possam se confrontar, geralmente são complementares, o que gera, no ambiente familiar também uma reprodução do modo de organização socioespacial hegemônico (Foucault, 2016). Isso porque ele se articula como dispositivo de reprodução cultural e ideológica do sistema capitalista enquanto *locus* de reprodução da força de trabalho e desenvolvimento de renda. O espaço doméstico enquanto dimensão socioespacial das relações intrafamiliares, possui caráter diverso (hétero, homo, mono ou pluriparental) e

não homogêneo, abrange múltiplas configurações (Stamato, 2004) e conecta-se às diversas categorias de trabalho (assalariado, trabalho informal, trabalho doméstico – esse último predominantemente realizado por mulheres), sendo essencial para a manutenção da força de trabalho que será vendida ao capital, o que não é abarcado em muitas análises.

Nesse contexto, o exame das expressões de *negligência familiar* (que residem sobre as questões factuais e comportamentais do educando e sobre assuntos institucionais da escola), de abandono familiar (permanente), de abandono à saúde, e de abandono temporário no espaço escolar requer compatibilização com aspectos sistêmicos da sociedade, pois são fenômenos complexos que articulam múltiplos contextos da dinâmica intrafamiliar e extrafamiliar. As condicionantes intrafamiliares podem estabelecer relações com o fenômeno da negligência familiar por meio a) da instabilidade familiar; b) das dificuldades em estabelecer laços de afeto no lugar doméstico; c) da ausência de planejamento familiar; d) da gravidez indesejada; e e) do histórico familiar de negligência sofrida pelos pais e sua possibilidade de reprodução com os filhos. Importante salientar que essas situações se ligam fortemente às condições socioeconômicas dos espaços familiares (Stamato, 2004).

Para Stamato (ibid., p. 88), as questões socioeconômicas do fenômeno da negligência familiar desvelam faces das desigualdades sociais e da violência de gênero¹. As adversidades da precarização social e da grande quantidade de configurações familiares monoparentais, constituídas em sua grande maioria por mulheres como figura mantenedora, revelam um duplo aspecto: a) a sobrecarga do papel social feminino na realização de múltiplas funções desde a subsistência e provimento material da prole à organização dos ambientes domésticos; e, b) a negligência estrutural vinculada à figura paterna a partir do abandono, omissão e negligência com os filhos e/ou nos afazeres e cuidados cotidianos do espaço doméstico, que situam os pais em local de privilégio nas estruturas sociais.

Nesse sentido, o mito do amor materno, como estrutura ideologizada, socialmente agrega maior responsabilização à mulher no cuidado dos filhos e da casa, desonerando o papel do homem nessa responsabilidade. Embora seja o modelo social mais difundido, não se aplica como regra a todas unidades familiares, pois há distintos modos de organização e dinâmica dos espaços domésticos. Esta questão é fundamental para a compreensão do fenômeno da violência no Brasil, que não é desenvolvida apenas no contexto de desigualdade social, mas está carregada de esvaziamento nos conteúdos

¹ “Outro aspecto merecedor de reflexão está na responsabilização da família por todos os problemas que afetam o grupo familiar, retirando-se a questão do campo e da organização política. Esta concepção está fundamentada na ideologia [neo]liberal, na qual, produzir bem-estar e satisfação das necessidades sociais na família é uma responsabilidade individual. E nesse contexto, a mulher é ainda mais prejudicada, pois mesmo exercendo atividade remunerada dentro ou fora de casa, e em muitos casos, sendo a responsável pela manutenção da família, esse papel historicamente atribuído a ela de cuidado com a casa e filhos permanece praticamente inalterado” (Stamato, 2004, p. 88).

culturais, em particular a questão ética nos sistemas de relações sociais no espaço intrafamiliar (Velho, 1996).

A *violência doméstica* (em relação aos pais) é um fenômeno multifacetado que adquire transversalidade aos limites econômicos entre as classes sociais e se desenvolve em distintos contextos geracionais, sendo, portanto, cíclico e repetitivo (Stamato, 2004). Nos dados analisados nessa pesquisa, por exemplo, 66% dos relatos de maus tratos com indicador de agressão física foram perpetrados pela figura do pai ou do padrasto. Embora a violência doméstica tenha suas expressões mais dramáticas entre as mulheres pobres e negras (Ipea, 2017), ela não lhes é exclusiva. O abandono paterno adquire aspecto epidêmico e transversal entre classes sociais no país e é identificado como expressão da violência de gênero, considerando os impactos materiais e simbólicos da ausência e/ou omissão do pai no cuidado com o sujeito (ibid., p. 88). Em termos quantitativos, aproximadamente 12 milhões de lares no país são chefiados por mães solteiras, sem o suporte dos pais. Desse total, 55% são mães negras e 57% estão abaixo da linha de pobreza (IBGE, 2015). Essa configuração também foi identificada nas composições familiares dos espaços escolares analisados.

Tem-se, portanto, que os impactos da negligência familiar adquirem expressões sobre os jovens escolares, que são afetados não só na relação que estabelecem no espaço doméstico, mas em outras dimensões da vida, o que contribui para que reproduzam concepções de mundo de forma insegura e imprevisível. No espaço da escola, são afetados inclusive no desenvolvimento de situações que implicam no processo de ensino e aprendizagem, cujos indicadores – que afetam diretamente a condição dos corpos juvenis – foram identificados por Stamato (2004, p.44):

[...] indicadores de comportamento da criança ou adolescente: comportamentos extremos (hiper ou hipoativo); assume responsabilidades de um adulto; comportamentos infantis ou depressivos, contínuas ausências ou atrasos à escola e consultas médicas. Indicadores de características da família: apática e passiva; não parece se preocupar com a situação da criança; não busca resolver as necessidades de atenção da criança; baixa autoestima; presença de uso de álcool e drogas; apresenta desleixo com a higiene e aparência pessoal; distanciamento social (vizinhança e da comunidade); dificuldades quanto à utilização de uma rede de apoio formal ou informal em sua comunidade; experiências na infância que tenham incluído violência em suas diversas modalidades; famílias monoparentais ou em que há troca constante de parceiros; desconhecimentos quanto às necessidades infantis; desconhecimento do papel parental como um todo.

Nota-se que as situações de negligência familiar impactam de forma complexa nas condições materiais e imateriais dos corpos que movimentam o contexto escolar, tendo em diversas situações a possibilidade da reprodução, nesse espaço, da violência sofrida enquanto padrão comportamental nas relações socioespaciais da vida cotidiana. Desta forma, a violência estrutural afeta diretamente a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, pois institui danos à condição material e simbólica de

existência do corpo e demonstram como a degradação do tecido social provoca danos em diversos modos do sujeito escolar.

Os casos relatados na pesquisa refletem os reais problemas acerca das expressões de violência observadas. Por esse motivo, optou-se por realizar, com mais detalhamento, a análise de determinado caso elencado como sendo de negligência familiar para identificar outras expressões de violência atuantes na dimensão do espaço doméstico (quadro 1).

Quadro 1 - Caracterização das condições sociais de um caso de negligência familiar (2018)

Breve relato do caso (Secretaria Municipal de Educação)		
“O vizinho foi à escola informar que o educando e mais três irmãos estão abandonados numa casa sozinhos sem alimento e luz elétrica e água. Estão em situação de mendicância.”		
Membros da família	Idade	Aspectos da condição social (Rede de atenção)
Mãe	Não informada	Encontra-se em estado civil solteira. Negra. Com baixa escolarização. Apresenta histórico de violência doméstica por parte dos ex-cônjuges. Cada filho(a) possui paternidade distinta. Foi vítima de estupro em diversas situações, inclusive quando engravidou de seu filho mais novo. Em situação de desemprego, realiza práticas de mendicância como forma de obter dinheiro para a sobrevivência. Segundo os relatos das profissionais de saúde presentes na reunião, apresenta problemas de saúde (física e mental) devido à baixa qualidade alimentar e condições de vida precária.
Filho	18	Em situação de encarceramento. Não concluiu os estudos.
Filha	13	É matriculada na escola, mas, segundo relatos, apresenta muitas faltas e baixo envolvimento com a rotina escolar. Assistentes sociais relataram que ela ajuda nos cuidados de seus irmãos menores e tem realizado programas sexuais para obter dinheiro para a compra de alimentos.
Filho	11	É reconhecido pelos docentes de sua escola pelo seu envolvimento e interesse nos estudos. Frequentemente chega à escola com roupas sujas. Em casa, ajuda nos cuidados de seu irmão mais novo.
Filho	05	Segundo os relatos, apresenta deficiência mental severa. A criança é levada pela mãe para as práticas de mendicância.

Fonte: Dados obtidos pelo autor a partir da Observação Participante na reunião da Rede de Atenção ao Combate à Violência da Regional Sul de Goiânia no ano de 2019.

No desenvolvimento da pesquisa, a partir do contato com informantes, foi oportunizada a participação em um grupo de Rede de Atenção formado por múltiplos profissionais vinculados às instituições públicas da cidade de Goiânia. Em determinado

encontro, discutiu-se sobre esse caso específico que se insere na lista dos relatos de casos analisados. A situação inicialmente era apontada como caso de negligência familiar e vulnerabilidade social, porém, ao estabelecer um contato com a família dos educandos, por meio dos assistentes sociais e profissionais da saúde, verificou-se a existência de outras situações de violência já descritas na tabela supracitada.

Dado que a violência estrutural se materializa na ordem econômica, política e social, ela se apresenta em forma de violência urbana (Silva, 2004), a qual se constitui como um dos principais motivos de afastamento dos jovens do ambiente escolar, seja a partir da diminuição da importância da escolarização ou pela pobreza em si (Zaluar, 2001). Na perspectiva intrafamiliar, os motivos de distanciamento da escola ocorrem por meio a) das dificuldades econômicas ou desemprego; b) dos conflitos e separações familiares; c) das violências domésticas; e d) das tarefas domésticas, geralmente assumidas pelas meninas, substituindo a função da mãe que sai para trabalhar.

Na perspectiva de Santos (2013, p. 18), os pobres sofrem dupla desvantagem, pois além de obterem acesso somente a produtos que são lucrativos para as classes dominantes, também são constantemente limitados a um teto de empregos disponíveis, o que gera a precarização do lugar cotidiano. A negligência sistêmica sofrida pelos núcleos familiares – sintetizada pela insensibilidade para com as demandas do outro – é produto da realidade objetiva capitalista que produz sujeitos, especialmente jovens, excluídos e dispensáveis, que, por sua vez, fomentam o fenômeno da negligência escolar. Entre os sujeitos mais atingidos pela negligência familiar estão os jovens do sexo masculino (Soares, 2019), o que leva ao questionamento sobre a possibilidade de relação entre a negação das subjetividades masculinas e os elevados índices de violência juvenil entre esse marcador social.

Violência estrutural e o espaço escolar

A partir da observação da situação familiar relatada (quadro 1), é possível verificar que as formas de miséria material e simbólica em relação aos recursos básicos perpassam os mesmos mecanismos da acumulação de capital, vez que o direito à qualidade de vida é tratado como mercadoria, apenas legada aos que tem dinheiro. Nesse contexto, a cidade se (re)elabora entre a combinação de pauperização e elitização amparada pelo Estado, desenvolvendo modelos de urbanização fragmentados, sem oferecer plenas condições de participação de seus membros (Harvey, 2014; Luna, 2018).

Por esse motivo, há profunda diferenciação espacial no território urbano, especialmente quando se trata dos marcadores de classe, gênero e raça. Em Goiânia, as condições de pobreza e desigualdade no acesso a bens e serviços públicos acabam por inviabilizar, por exemplo, a mobilidade para a escola e para os demais espaços da cidade (Souza, 2007, 2011). A variável racial, embora não esteja inclusa no documento obtido para análise dos casos de violência dessa pesquisa, pode ser facilmente revelada

por meio do diálogo com agentes institucionais, professores e gestores de onde foram fornecidos os dados, bem como no zoom realizado na amostragem do quadro 1. Assim, destaca-se que o processo metodológico e analítico não buscou o (improvável) esgotamento das expressões de violência estrutural (e demais), mas evidenciou como as expressões de violência discriminadas nos relatos se interseccionam com a espacialidade escolar.

As expressões de violência estrutural, direta e simbólica, estabelecem relações diretas com processos de absenteísmo e/ou evasão escolar em muitos casos para a inserção precoce no trabalho informal. Segundo os dados analisados, 81,8% dos alunos com infrequência escolar sofrem com o problema da negligência familiar, fenômeno que afeta os fluxos de alunos na espacialidade escolar, inviabilizando, por conseguinte, as relações e vivências nesses locais. Esse tipo de violência, por estar intimamente ligada às condições adversas de reprodução da vida, acabam também por promover mudanças nas práticas espaciais dos jovens escolares.

Formas de interrupção de acesso ao espaço escolar entre os membros da família, relacionam-se a violências estruturais, articulando-se com outras expressões de violência direta e simbólica. Assim como na situação representada por negligência familiar na escola, muitas outras situações relacionadas a este fenômeno estão conectadas a diversos fatores que impactam na aproximação dos sujeitos ao espaço escolar (Stamato, 2004). Pode-se ressaltar os aspectos relacionados à infraestrutura escolar, como a deterioração dos muros (tanto pela falta de manutenção quanto pelos atos de vandalismo) e dos mobiliários; as baixas condições de manutenção e qualidade estética da dimensão física do espaço escolar, que também impactam simbolicamente nesse ambiente. O fenômeno da negligência observa-se, antes de tudo, em relação aos dispositivos de poder frente à realidade concreta da população.

Em relação aos itens destacados no breve relato de caso (quadro 1), é possível identificar outras expressões de violências, como a) desemprego; b) agressão física; c) violência de gênero e sexual (estupro); d) abandono paterno; e) miséria social e precariedade das formas de trabalho; f) fome; g) encarceramento juvenil; h) problemas de saúde na família; i) prostituição infantil; j) falta de acesso a itens de higiene e serviços básicos de água e eletricidade; l) evasão escolar; m) baixa escolaridade e/ou falta de condições básicas para o exercício do cotidiano escolar entre outras.

Em relação a esse último item, a ausência de políticas de integração social e de educação escolar eficientes promove as geografias da violência nos sistemas espaciais urbanos, sustentando a economia dominante com a formação de trabalhadores excedentes e precarizados. Para se ter uma ideia, o Brasil é o país da América Latina que tem as maiores taxas de analfabetismo, o que revela que a consolidação de uma escola pública de qualidade, universal e gratuita não corresponde à realidade (Scwarcz, 2019). Para muitos o espaço escolar é a unidade institucional mais próxima dos jovens e da comunidade. No caso relatado, por exemplo, o principal informante à escola das

condições precárias da família foi um vizinho, o que ilustra que o espaço social pode ser constituído para além das finalidades de acúmulo de capital, que tem base em uma política pautada no individualismo, trazendo possibilidades de efetivação da sociabilidade e solidariedade no espaço urbano. A hegemonia capitalista, a partir de sua força política e econômica, ainda que tente exercer o controle total do território, é impossibilitada a partir de ações de oposição e negação à conjuntura excludente, que geram mais possibilidades dentro do espaço escolar, o qual ganha ainda mais importância social (Luna, 2017).

Considerações: Por uma Educação Geográfica sensível aos problemas da juventude brasileira

De acordo com Pais (2003, p. 400), os jovens desenvolvem uma espacialidade privilegiada na vida cotidiana. Os grupos juvenis exercem o que autor define por “conformismo existencial”, atuante na afirmação social e na criação coletiva. Vivem a aventura do “nada” e do “insignificante”. “Ou seja, os jovens parecem conservar do ordinário um ponto de vista tão apaixonante que, na prática, o ordinário transforma-se em extraordinário.”. Segundo Cavalcanti (2012), os jovens são importantes agentes do processo (re)produção do espaço urbano. Estão inseridos nos fluxos da paisagem, constroem territórios e agregam conteúdo as práticas sociais e espaciais da cidade. Muitos jovens imersos a um estrutural processo de desigualdade social, tem nas manifestações artísticas e transgressoras formas de demarcar sua existência.

Nesse sentido, entende-se que o desvelar das dinâmicas socioespaciais da escola e especialmente às condições a qual estão submetidos muitos jovens, se coloca como dimensão para consolidação de uma *práxis* em que ela se estabeleça como espaço reivindicatório às estruturas de poder e opere a favor dos que necessitam. Tendo em vista, que o corpo e a subjetividade são dimensões vitais para a compreensão dos fenômenos que brutalizam o cotidiano e as formas de práticas sociais, é preciso realizar o exercício de perceber a *si* e o *outro*, entendendo as possibilidades da reprodução de violências nas formas naturalizadas nas paisagens escolares. Para Freire e Shor (1986, p. 35),

o rosto e a fala do professor podem confirmar a dominação, ou refletir as possibilidades de realização. Se os estudantes veem e ouvem o desprezo, o tédio, a impaciência do professor, aprendem, uma vez mais, que são pessoas que inspiram desgosto e enfado. Se percebem o entusiasmo do professor quando este lida com seus próprios momentos de vida, podem descobrir um interesse subjetivo na aprendizagem crítica.

Isso significa dizer que os docentes são essenciais contra a reprodução da legitimação das estruturas de dominação e podem se colocar como agentes de encorajamento dos educandos seja para denunciar, enfrentar situações difíceis, ou para empreenderem ações políticas que fortaleçam o pensamento crítico e criativo, criando

condições de ressignificar experiências. Nos casos abarcados por essa pesquisa, grande parte dos relatos dos jovens acerca das condições de sofrimento ou dano desencadeados pelas múltiplas expressões de violência vividas foi feito aos professores, gestores e demais profissionais da escola. Acredita-se que o que as alterações socioespaciais provocam não são insolúveis. Na dimensão do corpo, o recurso da fala, da expressão, da comunicação e da aceitação são importantes instrumentos simbólicos de trabalho e identificação dos sintomas da violência no corpo e em suas práticas sociais. Embora com os múltiplos ataques à educação escolar brasileira, a espacialidade da escola é, ainda, um dos poucos amparos institucionais que jovens escolares recebem em seu cotidiano. A escola *transcende* a perspectiva de acolhimento social e se estabelece como contexto estratégico para a observação (e produção) das práticas sociais que contribuem para o desenvolvimento de políticas de proteção à juventude (segurança pública).

Referências

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. *In*: BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

CAVALCANTI, L. de S. Jovens escolares e sua geografia: práticas espaciais e percepções no/do cotidiano da cidade. *In*: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. (Orgs.). **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

FOUCAULT, M. **La sociedade punitiva**: curso en el Collège de France (1972-1973). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GALTUNG, J. **Tras la violencia, 3R**: reconstrucción, reconciliación, resolución. Bilbao: Bakeaz, 1998.

GOIÂNIA. (Município). SISGE/Gerência Rede Física/Planejamento/Inclusão, Diversidade e Cidadania/Coordenadorias Regionais de Educação/SME. **Gerência de Inclusão, Diversidade e Cidadania**. 2018.

HARVEY, D. **Os sentidos do mundo**: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C)**. 2015. Disponível em: <https://www.econ.puc-rio.br/datazoom/pnadc.html>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. **Atlas da Violência**. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/47/atlas-da-violencia-2017>.

LUNA, F. G. **Geografía y violencia. Una aproximación conceptual al fundamento espacial de la violencia estructural**. Ciudad de México: Ediciones Monosílabo, Universidad Nacional Autónoma de México, 2018.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. de S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1 ago. 2023.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

RIBEIRO, D. C. Apontamentos sobre o Sistema Sociometabólico do Capital em István Mészáros. **Revista Aurora**, Marília, SP, v. 10, n. 2, p. 149–170, jul./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2017.v10n2.10.p153>.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Ed. da USP, 2013.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, L. E. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, L. F. de. **Corpos negros femininos em movimento: trajetórias socioespaciais de professoras negras em escolas públicas**. 126 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, 2007.

SOUZA, L. F. de. Mobilidade e trajetória de professoras negras na cidade. In: MORAIS, E. M. B; CAVALCANTI, L. S. **A cidade e seus sujeitos**. Goiânia, Editora Vieira, 2011.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 2012.

STAMATO, J. S. T. **A família e a questão da negligência: papéis atribuídos e relações estabelecidas**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2004.

TURRA NETO, N. Definir juventude como ato político: na confluência entre orientações de tempo, idade e espaço. *In*: CAVALCANTI, L. S. *et al.* **A cidade e seus jovens**. Goiânia: Ed. da PUC, 2015.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis**: território e redes de sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. *In*: VELHO, G; ALVITO, M. (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Trad. João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2017.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S./l.], v. 16, n. 45, p. 145-164, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100008>.

Recebido em: 21/11/2023
Aprovado em: 4/2/2024